



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 16 8.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 29 de abril de 2019

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Ana Lopes (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Fernando António Rebola, Raúl Cordeiro (em substituição de José Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, António Carreiras (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Joaquim Conde (em representação de Francisco José Meira Martins da Silva, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação). -----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e dez minutos. Foi verificada a existência de quórum. Seguiu-se o período de intervenção do público. -----

Período de intervenção do público:

Não houve inscritos. -----

Fora de ordem do dia

João Meira disse ter uns pedidos de esclarecimento, em face de algumas recomendações deixadas pelo PS. Em primeiro lugar, perguntou acerca dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

recebimentos em atraso, aos SMAT, que até ao momento estava sem feedback. Lembrou que se tratavam de um conjunto de associações, coletividades e instituições sociais, as quais foram apresentadas como devedores quando, na verdade, foram levadas ao engano, pois comprometeram-se ao pagamento dos seus transportes e tal não aconteceu, na respetiva transferência da Câmara Municipal para os SMAT.

Em segundo lugar perguntou pela situação relativa à recomendação de alteração toponímica da rotunda do Navio para rotunda “Mário Soares – fundador da democracia”, a qual tinha sido consensual na comissão de toponímia, no passado mês de março. Quais as intenções da presidente de Câmara e do executivo em funções, no que tocava àquela matéria. Por último, questionou sobre a situação do teatro Portalegrense, no seguimento da proposta apresentada pelo grupo municipal do PS, na última sessão daquela Assembleia, assim como quais as diligências que a Câmara tomaria, visto que tinha sido ali aprovada, por unanimidade, a classificação como imóvel de interesse municipal. -----

Saudação – Viva o 1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores - (CDU)

“No próximo dia 1 de Maio os trabalhadores de todo o mundo assinalarão, das mais variadas formas, de acordo com as condições políticas de cada local, o Dia do trabalhador”.

Assim, voltará a ser no nosso país e na nossa cidade. Aqui, o 1.º de Maio começou a ser assinalado logo em 1980, com referências na imprensa local e, a partir de 1863, com iniciativas públicas.

A primeira manifestação de rua, organizada pela Sociedade união Operária, acontece em 1898 e, desde aí, o Dia do Trabalhador não mais deixou de ser assinalado, tendo mesmo sido instituído como dia e feriado municipal, por deliberação municipal de 30 de janeiro de 1911. O fascismo iria impor que essas comemorações se realizassem sob disfarce (os almoços campestres, as pescarias, os comícios-relâmpago, os bailes...

A Revolução de Abril permitiu a sua comemoração em total liberdade e as manifestações alusivas ao “Dia internacional do Trabalhador” não mais deixaram de acontecer, nas ruas e praças da nossa cidade.

Assim voltará a suceder! No dia 1 de Maio, com organização da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, os trabalhadores voltarão à rua com as suas aspirações e reivindicações, com a certeza que a sua vontade e força continuarão a contribuir para a transformação e avanço da nossa sociedade.

Sob o lema “Avançar nos Direitos, Valorizar os Trabalhadores!” os trabalhadores e trabalhadoras do Alto Alentejo recordar-nos-ão a importância de valorizarmos o trabalho e os trabalhadores, para que continuemos a construir, também aqui, o futuro que todos queremos e merecemos.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida nesta cidade a 29 de abril de 2019, decide:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- 1 – Saudar os trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo, neste dia que honra os mártires de Chicago e todos e todas, que nos mais díspares lugares, trabalham e lutam por um futuro melhor;
- 2 – Saúda os trabalhadores do Alto Alentejo e, em particular, os trabalhadores e trabalhadoras do concelho de Portalegre e associa-se a eles no seu desejo de lhes ser garantida a valorização e os meios necessários para continuarem a construir o futuro;
- 3 – Recomendar à mesa da Assembleia que faça chegar a presente saudação aos trabalhadores que neste 1.º de Maio estarão concentrados em Portalegre, na Av.ª da Liberdade e que possa proceder à sua divulgação através dos meios de comunicação do município e pela sua publicação na comunicação social local.

Saudação/Recomendação – S. Mamede, uma joia do Alto Alentejo - (CDU)

“S. Mamede, uma joia do Alto Alentejo” foi a designação encontrada pelo AMAlentejo para o seminário promovido na sede do Parque, para assinalar o seu 30.º aniversário. A classificação como área protegida que teve lugar a 14 de Abril de 1989, para garantir a conservação dos valores naturais existentes, em equilíbrio com a prossecução das atividades humanas. Nasceu assim e com esses objetivos o Parque Natural da Serra de S. Mamede.

Ao longo dos seus 30 anos de existência nem sempre lhe foi possível cumprir com os objetivos que lhe foram cometidos, seja pelo desinvestimento financeiro na conservação da natureza, que se tem traduzido na falta de meios humanos e técnicos, seja pelos rumos que a sua organização tem tomado a nível político-administrativo.

Todavia, importa registar que, com o Parque, o Alto Alentejo e o país puderam manter e conservar a extraordinária riqueza de que se revestem os valores geomorfológicos, a fauna, a flora e a vegetação que o caracterizam.

No momento atual, quando o governo procura passar responsabilidades para as autarquias, as preocupações prendem-se com a possibilidade da sua gestão passar a ser feita ao sabor de interesses locais e mais expostas à sua transformação em ativo comercial.

A CDU considera que a conservação da natureza requer estratégias, meios e conhecimentos à escala nacional e que, com a municipalização, as autarquias assumirão o papel de “juiz em causa própria” (pois terão também a fiscalização) para além de estarem mais sujeitas a pressões diversas e indesejáveis.

São estas as razões que justificam que no 30.º aniversário do Parque Natural da Serra de S. Mamede a Assembleia Municipal de Portalegre recomende ao executivo municipal que:

- Assuma e defenda que a gestão do Parque Natural da Serra de S. Mamede deve continuar a ser assegurada pela administração central, numa base de diálogo e parceria com as autarquias, as populações e as forças vivas locais, nomeadamente, empresariais.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Carvalho disse que o grupo municipal da CLIP se congratulava pela constituição do grupo técnico de trabalho que tinha em mãos a análise da viabilidade económico financeira da Barragem do Pisão e também com a decisão política que permitiu juntar à mesma mesa vários ministérios que poderiam, de uma vez por todas, levar à concretização daquele projeto, que todos consideravam estruturante para o desenvolvimento da região. Congratulou-se também por todos os contributos que, ao longo daquele processo, foram desenvolvidos pelos diversos grupos municipais e pelo senhor deputado.

Lembrou, inclusive, que o próprio grupo municipal da CLIP, em momento oportuno, tinha ali apresentado uma moção e, posteriormente, uma recomendação, no âmbito da Assembleia Intermunicipal, com a qual se procurou recolocar este projeto no centro do debate e recentrar as perspetivas de enquadramento para o seu financiamento e concretização, focando o debate na questão da adaptação às alterações climáticas e nas insuficiências que as infraestruturas existentes na região tinham, ao nível do abastecimento da água. Em conclusão, esperava que a decisão política fosse de encontro ao que eram as legítimas pretensões da população e da maioria dos eleitos na Assembleia.-----

Saudação - Cooperativa Operária Portalegrense - 121 anos de vida ao serviço da cidade e das suas gentes (CDU)

“No dia em que esta assembleia está reunida cumprem-se 121 anos desde o dia em que se materializou o sonho de quarenta e um portalegrenses, trabalhadores da Corticeira Robinson, de fundar uma Cooperativa que permitisse garantir aos operários e suas famílias o acesso a preços justos ao pão que então faltava. A 29 de Abril de 1898 estes 41 corticeiros, dos quais apenas um, Manuel Maria Ceia – escriturário, não era operário fundam a Cooperativa Operária Portalegrense e cotizam-se para comprar a primeira saca de farinha e transformá-la em pão.

Sete anos depois a Cooperativa inaugura o edifício sede – o imponente edifício que ainda hoje é a sua sede e que ocupa a quase totalidade da rua com o seu nome. As suas salas e outros meios estiveram permanentemente disponíveis para todos os portalegrenses e, por isso, nelas ocorreu muito da história da cidade. Hoje, ao comemorar o seu centésimo vigésimo primeiro aniversário, a Cooperativa Operária Portalegrense continua a afirmar-se como instituição insubstituível na afirmação associativa e cultural da cidade e do concelho e procura preservar e colocar ao serviço de Portalegre o seu rico património material e imaterial, razões suficientes para merecer o respeito dos portalegrenses e a saudação dos seus representantes.

Por tudo isto a Assembleia Municipal de Portalegre saúda a Cooperativa Operária Portalegrense por ocasião do seu 121.º aniversário e exorta-a a continuar a afirmar-se como Instituição Operária imprescindível para vida cultural da cidade e da região.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse que o seu grupo tinha também uma proposta para nomeação de uma nova toponímia, numa área da cidade, sendo o nome do Dr. Álvaro Cunhal o nome proposto. No seguimento dos discursos atuais e refletivos sobre os populismos e o atual estado da democracia portuguesa e europeia, a CDU entendia que fazia sentido que Portalegre fosse uma cidade que celebrasse os fundadores da democracia portuguesa, porque não foi um ato isolado de um único português, mas sim o resultado da luta de muitos portugueses. E, nos tempos atuais, em que os portugueses não se mobilizavam por grandes causas, percebia-se que alguém esteve disposto a sofrer na pele a dor física da tortura e o isolamento durante décadas, em prisões do regime, sem que o esperasse um cargo num ministério ou benefícios materiais e económicos e, portanto, alguém que tinha sofrido horrores porque acreditava que podia construir uma sociedade diferente que aquela em que vivia e mais justa para todos, merecia que todos os portugueses e portalegrenses lhe reconhecessem o valor. Por tal, propunham um espaço digno para honrar a democracia portuguesa e um dos seus construtores – o Dr. Álvaro Cunhal.-----

Proposta – Por direito ao transporte público mais barato e acessível – (CDU)

A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos.

Preço máximo do passe social intermodal - seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família. A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País.

Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida. Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta, a Assembleia Municipal de Portalegre delibera:

1. Saudar a decisão da Câmara Municipal de promover a redução significativa nos preços do Passe para uso da rede de transporte público Municipal;
2. Recomendar à Câmara Municipal que desencadeie os procedimentos necessários a garantir que no território do seu município e no da Comunidade Intermunicipal o uso dos transportes públicos, independentemente dos operadores serem públicos ou privados, seja efetivamente reduzido e seja assegurado de forma gratuita até aos 12 anos e significativamente reduzido para a população com mais de 65 anos;
3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido;
4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito de cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível;
5. Exigir da Administração Central, e do governo em particular, as medidas que visem:
 - a) Consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE;
 - b) Garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de Abril), quer por via do reforço real de meios financeiros;
 - c) Reforçar a oferta ferroviária, no imediato pela substituição de material circulante, e a médio prazo eletrificação, modernização e expansão da Linha do Leste.”

Ricardo Romão perguntou à mesa se as moções, apresentadas anteriormente, seriam votadas uma a uma ou na totalidade.

Quanto à proposta de atribuição do nome “Praça Álvaro Cunhal” a uma zona junto à Escola Mouzinho da Silveira, o seu grupo tinha percebido que a mesma visava homenagear uma figura mas, por outro lado, achavam que a proposta pretendia dar, sobretudo, um cariz político a uma zona da cidade. A CLIP entendia que a questão não devia ter sido posta em causa, porque a primeira proposta tinha basicamente o mesmo objetivo da segunda. Posto aquilo, a CLIP não acompanhava a proposta da CDU.

Relativamente à proposta acerca do transporte mais barato e acessível, disse que muitas das questões lá colocadas eram acompanhadas, na parte da defesa do transporte público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Contudo, chamavam a atenção para o facto de o documento apresentado ser de âmbito nacional e, inclusivamente, ter sido apresentado noutros concelhos de forma idêntica. Por essa razão julgavam que a Assembleia Municipal de Portalegre deveria ter um tratamento mais digno, através da apresentação de textos originais.-----

Miguel Monteiro disse valer a pena ali recordar que aquele órgão para o qual tinham sido eleito era, iminentemente, um órgão político. Um dos maiores problemas que a humanidade atravessava era ter-se vergonha de assumir as responsabilidades, enquanto políticos. Obviamente que quando se atribuía o nome de uma artéria, ou uma praça, a uma individualidade portalegrense, que não tinha tido nenhum envolvimento político na sua vida, mas que mereceu o destaque que a cidade lhe tinha dado, fosse por méritos profissionais ou pessoais, não se estava a tomar uma atitude política. Por outro lado, quando ali se fazia uma referência a nomes como Mário Soares ou Álvaro Cunhal, obviamente estavam a falar de algo que era político, mas não deveria existir qualquer tipo de vergonha em assumi-lo.

Portanto, era preciso fazer política com causas e políticas de forma nobre, pois era a única forma de combater os extremismos, os populismos e a situação atual, que se atravessava em muitos países e que esperava não ver repetida. -----

Luís Carvalho, relativamente à recomendação sobre o Parque Natural, disse que, naquele caso, havia uma dimensão e opção política muito forte, que tinham dificuldade de acompanhar, a qual tinha a ver com a proposta de que a gestão do mesmo continuasse no âmbito da responsabilidade da administração central e que não pudesse ser alvo de um processo de municipalização, que houvesse uma maior abertura para que a sua gestão fosse feita ao nível local. Suscitou-lhe igualmente atenção o facto de se afirmar na recomendação que se a gestão viesse para a esfera municipal, significaria que ficaríamos mais propensos àquilo que pudessem vir a ser as capacidades de manietar a administração pública, por parte dos investidores privados. Neste contexto, chamou a atenção para a existência de instrumentos de gestão do território que salvaguardavam o interesse público, independentemente da gestão estar no âmbito do município. Portanto, existirá sempre um programa de ordenamento do parque natural, elaborado pela administração central, cujo quadro normativo e a cartografia associado ao modelo territorial e regimes de salvaguarda terá que ser transposto para a revisão do plano diretor municipal e que vinculará os privados. Ou seja, à partida, dificilmente poderia haver intenções de investimento que pudessem ir contra o interesse público. -----

Diogo Júlio, quanto à saudação/recomendação apresentada, disse que a CDU estava de acordo com a participação mais local e contra o facto de terem acabado com a direção do Parque Natural da Serra. No entanto, não eram a favor de que a gestão do mesmo passasse para a gestão do conjunto dos municípios que o integravam, pela simples razão de ser mais fácil a gestão estar centralizada e garantir o que estava para além do negócio. Lembrou que o Parque era apetecível a alguns setores que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinham objetivos, que não a preservação da natureza. Concordava, inclusive, que devia haver formas de garantir que não se pudessem apropriar da coisa pública. Quanto à dimensão política da proposta, referiu que o grupo da CDU, composto pelo partido ecologista “Os Verdes” e pelo PCP, bebia inspiração, palavras e ideologia daquilo que era o “todo nacional”, que em nada os entristecia, ao levar ali um documento que tinha a ver com outros apontados pelo país fora. Salientou que plágio não era, era antes coerência. Os partidos políticos podiam anunciar nomes de âmbito nacional e não só local e, independentemente, da dimensão política, havia também a dimensão do homem e da democracia.-----

A presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e disse que tentaria responder a todas as questões colocadas.

Começou pelos recebimentos em atraso dos SMAT e disse que os mesmos não tinham nada a ver com campanha eleitoral e que já vinham desde há cinco anos. Foi feita uma análise aos mesmos e, grande parte das associações tinha pedido transportes à autarquia, tendo sido informados dos respetivos valores. No entanto, os pedidos não se enquadravam no regulamento camarário. Algumas das associações tinham planos de pagamentos e, basicamente, estavam a cumprir. Portanto, os valores seriam para pagar, salvo alguma exceção. Acrescentou que fariam chegar àquela Assembleia um relatório de todas as associações, em comparação com todas as outras que tinham usufruído daqueles mesmos transportes e que estavam ao abrigo do regulamento.

Relativamente à Rotunda do Navio, disse que a proposta tinha ido para a União de Freguesias da Sé e S Lourenço, para que a mesma se pronunciasse.

Em relação ao Teatro Portalegrense, informou que não foi exercido o direito de preferência, pelo município de Portalegre, porque havia um privado interessado em comprá-lo e tinha já apresentado uma ideia do que pretendia fazer lá. Também tinham tentado perceber se havia anuência da Direção Geral da Cultura. Por outro lado, também já tinha sido aprovado, em reunião de Câmara, a publicação para ficar classificado como imóvel de interesse municipal.

Congratulou-se com os trinta anos do Parque Natural e com a questão do grupo técnico de trabalho para a Barragem do Pisão, acrescentando que já tinha sido formada a “Associação Regantes do Pisão”, a qual iria contribuir como pedra toque, naquela questão.

Relativamente ao transporte mais barato, referiu que os trinta por cento a menos, que os utentes iriam usufruir, no transporte urbano, nalguns casos significavam oitenta por cento de diminuição do que seria o passe normal, como era o caso dos estudantes e passes sociais.-----

O presidente da mesa lembrou que, há poucos dias tinha-se comemorado o “25 de Abril” e, na altura, foi suscitada a questão da toponímia de Portalegre, “à boleia” da proposta do PS de adotar a nomenclatura de uma determinada personalidade a uma zona da cidade, sem nomenclatura, e também em relação à proposta do PCP, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

uma outra zona de idênticas características. Perante tal, confessou que grave não era o facto dos partidos políticos colocarem aquelas propostas como sendo propostas que a cidade ou o concelho deva acolher; grave era, naquele dia do “25 de Abril” as pessoas utilizarem redes sociais, pessoas com suposta responsabilidade que participavam em listas candidatas aos órgãos autárquicos, terem inaugurado uma discussão de “caça” a comunistas e socialistas, como só fazia lembrar os tempos anteriores ao “25 de Abril”.

Portanto, enquanto presidente da Assembleia Municipal, tinha de passar a opinar sobre aquela matéria. Aquelas questões colocavam-no com azedume, pois julgava que tais pontos estariam ultrapassados.

Concluiu, salientando que enquanto houvesse um democrata, a democracia tinha de sobreviver e os fascistas não podiam passar. -----

ORDEM DO DIA:

1 – Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A presidente da Câmara colocou-se à disposição para responder às questões que quisessem colocar. -----

Raúl Cordeiro perguntou à presidente da autarquia qual era o ponto de situação, em relação ao Centro de Formação da GNR e à Fundação Robinson. Era público o facto de se ter demitido o presidente do conselho de administração da fundação e que outro membro do mesmo também tinha apresentado o seu pedido de demissão. Realçou que, nos oitos anos anteriores, já se tinham demitido oito presidentes e assim que se apercebiam que não era possível realizar uma auditoria às contas daquela fundação, rapidamente punham o lugar à disposição.

A opinião do PS mantinha-se, pois, um dia, haveria alguém com coragem de incorporar tudo o que era bom e mau na dita fundação, no perímetro da Câmara Municipal e extingui-la, para tristeza de muitos.

Gostariam de saber o que é que a presidente previa para o futuro da Fundação Robinson e quais as diligências que tinha feito quanto à necessidade de desonerar um prédio no perímetro da Robinson, cujo valor era à volta dos trinta mil euros, para que avançasse o projeto da residência de estudantes do Politécnico de Portalegre. Perguntou ainda sobre quais os encargos que iriam caber à autarquia, relativos à comemoração do 10 de Junho, em Portalegre. Questionou a presidente se sabia quais seriam os prejuízos previstos dos lojistas do Mercado Municipal, durante o período em que o mesmo iria estar encerrado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Gostariam de saber também qual a situação relativa à Associação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, uma vez que tinha sido aprovado um apoio, no valor de cento e cinquenta e três mil euros para aquela Associação, mas o valor era inferior em sessenta mil euros, em comparação a dois mil e dezoito.

Por fim, perguntou o que é que se passava em relação ao orçamento para dois mil e dezanove, pois não havia documento original do mesmo, ainda. -----

Fernando Rebola, quanto ao relatório, disse haver um aspeto, que gostariam de sublinhar e que tinha a ver com a questão que cruzava a Fundação Robinson com o município e o Instituto Politécnico de Portalegre, que se prendia com as questões do alojamento dos estudantes.

Salientou que o Instituto Politécnico era crucial para o crescimento da região e para a fixação de população na região e gostariam de saber qual o ponto da situação, relativamente à candidatura à FUNDESTAMO, para o alojamento de estudantes, que estava previsto para a Fundação. No relatório apresentado, percebia-se que tinha havido diligências efetuadas, mas não tinha percebido quais as consequências das mesmas.-----

Hugo Capote disse que era importante obter uma explicação, da parte da presidente da Câmara, porque é que naquele relatório não ia nenhuma menção sobre o que aconteceu na fundação Robinson. Pelo contrário, o que se lia era, aparentemente, uma normal atividade da mesma, quando todos sabiam que não era o que acontecia.

No entanto, esperava que não houvesse nenhuma atividade porque, sem terem quórum na direção, ninguém podia aprovar pagamentos, nem compras, embora tal facto já tivesse acontecido no passado.

Por outro lado, perguntou também quais os custos associados à comemoração do dia “10 de junho”, pois já faltava somente um mês e ainda ninguém sabia nada. Mais uma vez, a maior parte dos membros da Assembleia Municipal não estava a par de certos detalhes.

Referiu que havia uma afirmação escrita nos relatórios, desde o início daquele mandato, que apontava Portalegre como sendo uma das cidades que tinha uma das melhores agendas culturais do país. Perguntou à presidente da Câmara quem é que tinha elegido a agenda cultural de Portalegre como uma das melhores, para que pudessem afirmar tal frase.

Em relação à questão desportiva, leu no relatório, que Portalegre era capaz de acolher todas as realizações desportivas que existiam. Contudo, salientou o triste facto de Portalegre ser uma das poucas capitais de distrito que não pode acolher um jogo da seleção nacional de futebol, porque não tinha nenhum espaço que conseguisse reunir os meios técnicos e de segurança necessários para tal.

Havia ainda várias contradições ao dizer-se que Portalegre apostava no desporto, pois estavam a esquecer-se de alguns aspetos básicos como no caso de algumas infraestruturas desportivas que estavam praticamente a ultrapassar o fim de vida (pavilhão e piscina municipal) e outras, como o campo Eduardo Sousa Lima, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

caminho do mesmo. Portanto, a aposta declarada no desporto natureza não podia fazer esquecer o desporto essencial, que necessita de infraestruturas para tal. Portalegre estava, infelizmente, a anos-luz de concelhos, com muito melhores condições para a prática desportiva.

Solicitou ainda explicações à presidente da autarquia acerca de como é que se apostava em desporto natureza e se continuava a apostar em desportos motorizados na natureza. Era uma contradição.

Por último, perguntou à presidente quem tinha elegido a agenda cultural de Portalegre uma das melhores do país. -----

A presidente da Câmara, em relação ao Centro de Formação da GNR, disse que tinha contactado a secretaria de estado do Ministério da Administração Interna, no sentido de se planear um cronograma para intervenção daquilo que iria ser o próximo Centro de Formação, em Portalegre. Teria obviamente de começar pelas infraestruturas e já foi feito um levantamento topográfico pelo município, assim como dos custos inerentes, uma vez que não havia ajudas comunitárias para tal. Salientou que a área em causa ocupava cerca de dezoito hectares e de três milhões de euros, os quais teriam de ser faseados no tempo. Portanto, o que pediu ao MAI foi também que lhe fizessem chegar a parte do plano em si. Tinha conhecimento que o programa já estava feito, embora o projeto de arquitetura e especialidades ainda não estivessem.

Quanto ao futuro da Fundação Robinson e, mais propriamente, às últimas demissões do conselho de administração, referiu que o presidente já tinha falado com a própria e tinha apresentado a demissão por razões pessoais e profissionais. No entanto iriam manter-se na fundação até que houvessem os novos estatutos. Com aqueles novos estatutos, o novo conselho de administração teria uma essência diferente da atual. Relativamente ao futuro, lembrou que já tinha demonstrado vontade para que a mesma fosse passando, gradualmente, para a Câmara Municipal.

Por último, a presidente da Câmara deu a conhecer, a todos os membros, o programa das comemorações do dia 10 de junho, e acrescentou que os custos implicados eram de cerca de cinquenta mil euros.

Relativamente à questão da agenda cultural de Portalegre, referiu que quem a tinha elegido como uma das melhores tinha sido a Sociedade Portuguesa de Autores. -----

O vereador Luís Pargana solicitou a palavra à mesa para dizer que, na última reunião extraordinária do executivo municipal, tinha apresentado uma proposta, no sentido da reposição do valor do subsídio atribuído aos Bombeiros voluntários de Portalegre e para que fosse mantido o valor de dois mil e dezoito, porque estava devidamente agendada na ordem do dia. Na própria proposta que apresentou estava incluída a previsão da cabimentação, em termos orçamentais. Foi, portanto, com base naquela legitimidade que foi votada, com três votos a favor e três contra, mas chumbada com o voto de qualidade da presidente da Câmara.-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, em defesa da honra, disse que a proposta foi de facto votada, mas deixou, em declaração de voto, que não a podia introduzir, por questões de legalidade. Além de haver a necessidade de uma pré cabimentação e de não se poder votar algo que não está cabimentado e da qual os serviços não têm informação prévia.-----

Miguel Monteiro disse estar admirado com o facto da presidente da autarquia, naquela questão, estar preocupada com verbas não cabimentadas, quando em outras matérias tal não se tinha verificado. Em face do que tinha ouvido, nas intervenções anteriores, disse que se retirassem do relatório de atividades todas as reuniões que a presidente tinha tido, assim como todos os exibicionismos das reuniões com os secretários de estado, os ministros, a casa civil, etc. ficava pouco ou mais do que nada. Salientou que, nas matérias importantes para o concelho, como o novo quartel da GNR, a fundação Robinson e muitas outras, andavam devagarinho ou paradas. O que se pretendia ver nos relatórios eram medidas práticas do município, mas que eram praticamente omissas nos mesmos.

Quanto às comemorações do dez de junho e os cinquenta mil euros que iam ser gastos, disse continuar à espera das faturas solicitadas acerca dos gastos na ida ao Brasil.

Ainda referiu que se o dia dez de junho era comemorado em Portalegre, não entendia porque é que as crianças tinham de se deslocar a Estremoz. Mais questionou o facto de, se aquele dia era o dia de Camões, de Portugal e das comunidades portuguesas, porque é que havia todo aquele “fétiche” da parte da presidente da Câmara, somente com as manifestações militaristas. Gostaria que as comemorações tivessem sido mais centradas nas matérias que diziam respeito à identidade DE Portugal e dos portugueses.

Por último, sublinhou o facto de, depois da enésima demissão do conselho de administração da Robinson, a presidente da autarquia tinha finalmente encontrado a fórmula mágica para solucionar o problema: a Câmara Municipal é que iria tomar conta da Fundação. Perguntou para que é que servia a fundação, afinal, se a Câmara é que iria ficar responsável pela mesma: para nada! Infelizmente, foram precisos passar tantos anos para que a presidente chegasse àquela brilhante conclusão.

Em relação ao apoio aos Bombeiros de Portalegre, disse à presidente da Câmara que a mesma mantinha o mesmo “tique”, ao fazer certos truques aquando da atribuição dos apoios. Já tinha acontecido anteriormente e a presidente ousou retirar uma parte daquele subsídio, quando os mesmos, inevitavelmente, ainda lhe iriam bater à porta a dizer que precisariam dos sessenta mil em falta. Posto aquilo, propôs à presidente da Câmara que tivesse a coragem de assumir, perante a Assembleia Municipal, que iria corrigir aquela situação, na próxima reunião de executivo.-----

A presidente da Câmara, relativamente à deslocação das crianças ao quartel militar de Estremoz, esclareceu que, do ponto de vista pedagógico e nos termos propostos, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a violentava a ideia, nem admitia apreciações pessoais ao membro do PS, Miguel Monteiro.

Na verdade, concordava com a forma como tinha sido colocada a situação e não tinha nada a opor, assim como não tiveram nada a opor os diretores das respetivas escolas. Quanto à Fundação Robinson, perguntou ao membro Miguel Monteiro se estava esquecido que tinha sido ela própria que tinha levado uma proposta, a uma reunião do executivo, para que a Fundação fosse extinta. -----

2 – Atas n.ºs 13 e 14 relativas à reunião ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 22 de fevereiro e à reunião extraordinária realizada em 22 de março de 2019, respetivamente;

Não houve intervenções a registar. -----

3 – Transferência de competências no âmbito da Lei 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial DL. n.º 20/2019, de 30 de janeiro - no domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 20.03.2019 –

Hugo Capote solicitou à presidente da Câmara que lhe explicasse o que eram “animais da classe III”. No artigo terceiro, na transferência de competências, no domínio da proteção de animais de produção, dizia que uma das competências era: “Assegurar o controlo do bem estar e sanidade animal dos efetivos ou populações da classe III e detenção caseira.”.-----

O vereador João Nuno disse que também não sabia de que classe se tratava. -----

Hugo Capote referiu que, no artigo quarto, na transferência de competência, no domínio da segurança dos alimentos, tratando-se de uma questão delicada, o que o preocupava era o facto de vir a ser a Câmara a responsável por competências como: proceder à inspeção sanitária, nos estabelecimentos de abate de animais, destinados à produção de carne; executar os controlos oficiais das condições sanitárias dos estabelecimentos pecuários, em que a Câmara Municipal seja a entidade coordenadora; vistoriar a manutenção das condições higiénico sanitárias nos estabelecimentos.-----

A presidente da Câmara lembrou que, durante muitos anos, já se tinha feito, em rotatividade com os municípios de Castelo de Vide e de Nisa, aquela fiscalização e, posteriormente, não tinha sido reconhecido pela direção geral de veterinária a continuidade da mesma. O município de Portalegre não tinha abate de animais e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

claramente, não iriam fazer tal inspeção. O veterinário municipal tinha referido que não se deveria aceitar, para já a competência.

No entanto, a partir de dois mil e vinte e um, a autarquia passará a ter aquela competência, a qual poderá exercê-la brevemente ou empurrá-la para mais tarde.

Relativamente a outras competências, acrescentou que ainda haveria muito para ser falado.-----

Hugo Capote, em relação às competências na veterinária, perguntou à presidente da Câmara se estava a falar das três áreas: animais de companhia, animais de produção e segurança dos alimentos? Os veterinários municipais tinham competências na área da segurança alimentar? Embora não existissem matadouros no concelho, existiam talhos.-----

A presidente da Câmara lembrou que existia um talho no Mercado Municipal de Portalegre e que, antigamente, os veterinários municipais já faziam o trabalho. Mais tarde deixaram de fazer porque a direção de veterinária deixou de lhes reconhecer competência para o fazerem. A questão era que havia uma verba que estava estipulada ser transferida para os municípios onde os veterinários executavam aquela tarefa e, a partir de determinada altura deixou de ser paga. -----

Hugo Capote disse que a questão não foi reconhecida anteriormente porque a tutela não era da Câmara Municipal, mas sim da Direção Geral de Veterinária e a mesma não iria pagar um serviço que era dela. A partir de dois mil e vinte e um a tutela será da autarquia e existirão encargos, competências e responsabilidades. Duvidava que apenas um veterinário municipal teria capacidade para todas as competências que ali estavam.-----

Ricardo Romão disse que a classe III eram explorações pequenas, classificadas com dimensão até quinze cabeças normais e também estavam ali enquadradas as pequenas detenções caseiras. Em relação ao ponto em causa, havia algumas dúvidas que se colocavam, e a questão não era somente saber se a Câmara teria competência, ou não. Recordou que o veterinário municipal tinha todas as competências atrás mencionadas pelo membro Hugo Capote, as quais sempre tinha tido. Portanto, a questão ali era filosofia, no caso particular da medicina veterinária, porque o que tinha sido mais posto em causa era a independência do veterinário municipal, dos técnicos daquele setor. A filosofia era saber se os municípios conseguiriam assegurar a isenção na fiscalização de determinadas coisas.

Conforme foi dito pela presidente da Câmara, a transferência de competências iria concretizar-se. Eventualmente, a questão podia ser posta de outra forma: dizer-se se tinham competência ou saber se a assunção das competências, mais cedo, os capacitariam melhor para estarem a funcionar, em pleno, mais brevemente.

Em conclusão, referiu que a filosofia vinha de uma decisão do estado central. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa informou que o veterinário municipal era uma autoridade e tinha competências e poderes próprios, atribuídos por lei. A principal questão que ali surgia era que, a partir do momento em que tinha sido instituída a ASAE, a DGAV tinha perdido uma parte das suas competências de fiscalização. No entanto, tal não subsumia a competência e a autoridade do veterinário municipal, que podia ser utilizada a tempo inteiro.-----

Hugo Capote achava que a questão em debate não era uma birra do seu grupo municipal, nem uma teima ideológica. Havia ali, claramente, um alijar do estado central para cima das autarquias, em que muitas não teriam capacidade de resposta. Chamou particular atenção para a área da saúde alimentar, porque era essencial para o controlo dos alimentos que se ingeriam e das condições em que eram trabalhados, pois não se tratava propriamente de uma função da ASAE. Quanto mais pequeno fosse o concelho, menor isenção teria, para trabalhar dentro da sua área e, posteriormente, poderiam surgir problemas muito sérios e a responsabilidade recair sobre a responsável da Câmara Municipal de Portalegre. -----

4 – Transferência de competências no âmbito da Lei 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial DL. n.º 22/2019, de 30 de janeiro - no domínio da cultura – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 20.03.2019 –

Hugo Capote, em relação ao Castelo de Portalegre, perguntou à presidente da Câmara como estava a questão da reabilitação do mesmo. Perguntou, inclusive, se a presidente achava que iria ter recursos para poder assegurar a fruição pelo público de todos os monumentos e conjuntos de interesse turístico do concelho.-----

A presidente da Câmara, em relação a delegação de competências na cultura, referia-se somente ao Castelo, cuja gestão já era assegurada pela autarquia. A intervenção no mesmo tinha sido feita no âmbito do POLIS e foi feito também um levantamento das patologias que atualmente tinha. No entanto, há cerca de um ano e meio, entrou no programa Revive e deixou de estar na esfera da Câmara e passou para o Turismo de Portugal. Acrescentou que o referido programa iria ser relançado, com outras condições, mas achava que o Castelo não deveria entrar, porque o destino que lhe queriam dar era impossível, dado que não tinha área suficiente para o que estava previsto, na parte relacionada com a restauração.

Recentemente, tinha havido uma reunião com técnicos do Turismo de Portugal, acerca daquela questão, e entendia que a Câmara teria de liderar o processo e fazer um projeto para reabilitar o edifício, com fundos comunitários. Provavelmente seria retirado do REVIVE, porque, caso contrário, não se conseguiria pegar no castelo, nas condições em que já se encontrava, com um grande nível de degradação. Naquele sentido, disse ter solicitado ao vereador do pelouro do turismo para diligenciar no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sentido de contactar o arquiteto que fez o projeto do Castelo para equacionar a hipótese de reabilitação do espaço, uma vez que o mesmo tinha os direitos de autor sobre aquela intervenção. Acrescentou que a reunião com o mesmo já tinha ocorrido e estava-se agora a reequacionar a melhor forma de efetuar a reabilitação, para se poder concorrer a fundos comunitários.

Salientou que a autarquia é que tinha vindo a assegurar as intervenções no Castelo, assim como os funcionários que, durante os fins de semana, se revezavam naquele espaço. -----

Miguel Monteiro perguntou à presidente da Câmara se não tinha sido a autarquia que tinha proposto que o Castelo integrasse o programa e se a mesma não teve nada a dizer sobre a matéria.

Chamou a atenção de que o que estava ali em jogo era o Castelo de Portalegre e a Câmara Municipal tinha sido incapaz, ao longo de todos os anos, de tratar convenientemente o equipamento. Experimentaram-se exposições, um restaurante, etc. mas a verdade é que era um equipamento morto e de costas voltadas para a cidade e para os turistas.

Quanto à experiência do REVIVE, à primeira não resultou e agora queriam abandoná-lo, para passar novamente para responsabilidade da Câmara. Perguntou como?

Realçou que o REVIVE tinha sido um instrumento muito importante de requalificação de inúmeros espaços, pelo país fora e havia também vários bons exemplos a nível distrital mas Portalegre, uma vez mais, era o parente pobre de todos os outros. O espaço público da cidade não podia ser gerido daquela forma, tinha de haver uma estratégia melhor. -----

A presidente da Câmara lembrou que, há uns anos, já se tinha feito um levantamento das patologias do Castelo, para que se realizasse a intervenção e, no entanto, foram todos surpreendidos com uma notícia dos media, em que referiram que vários monumentos ficaram inscritos numa lista, pelo Ministério, no sentido de fazerem parte de um projeto. Inclusive, apareceram naquela lista o Castelo de Portalegre, o Forte de Peniche, entre outros. Na altura, pediram-se justificações e, ao contrário do que alguns diziam, ninguém estava contra o REVIVE, pois o mesmo era um instrumento essencial e importante.

Esclareceu que estava contra o facto de o REVIVE ter colocado dois monumentos juntos: o Castelo e o Convento de S. Francisco, sendo o primeiro para a parte da restauração e o segundo para a hoteleira. NA altura, os responsáveis verificaram os espaços e aperceberam-se de que o do Castelo não era suficiente para a componente da restauração. E, portanto, o REVIVE não ia de encontro ao que era o propósito inicial. -----

Hugo Capote achava que não fazia sentido que o Convento de S. Francisco servisse para restauração sem primeiro se requalificar todo o espaço por detrás do mesmo (Espaço Robinson). Na sua opinião, quem tinha pensado o espaço, fê-lo com algum



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sentido, porque teriam uma Escola de Hotelaria, a qual formaria os técnicos necessários para uma unidade hoteleira (Convento S Francisco), virada para a Praça da República, mas que teria como chamariz todo o espaço museológico da Fundação Robinson. Lembrou que a responsável máxima, desde há dez anos, era a presidente da Câmara.

Portalegre não precisava de edifícios públicos e históricos devolutos e sem utilização. Saliu também que o particular que propôs, na Câmara, o projeto para recuperação e renovação do espaço e que iria retirar o ónus das obras, podia ir-se embora, pois não tinha qualquer direito a utilizar a área, pelo que já se tinha percebido anteriormente.

Portanto, ainda em relação às competências, a presidente da Câmara já tinha ali reconhecido que durante a sua vigência enquanto autarca não tinha tido capacidade para manter o Castelo.

A questão que se impunha era como é que a autarca iria manter vivo o Castelo. -----

Miguel Monteiro disse que era precisamente pelas razões ali escutadas que a presidente da Câmara Municipal de Portalegre mantinha a capital de distrito pequena. Questionou-a se estava realmente disposta a desperdiçar uma oportunidade de requalificação do Castelo, para que o mesmo viesse a cair, à semelhança de outros imóveis e doutros equipamentos do concelho. -----

A presidente da Câmara referiu que o REVIVE tinha ficado vazio e que ninguém tinha concorrido nem ao REVIVE, nem a São Francisco, nem ao Castelo.-----

5 – Plano de pormenor da envolvente à Rua 1.º de maio – correção material;

- Deliberação da CMP de 20.03.2019 -

Hugo Capote disse ter percebido que aquele assunto tinha a ver com a reabilitação do antigo Hotel da Rua de Elvas o qual necessitaria, provavelmente, de ser demolido e que o plano inicial não previa tal possibilidade. Perguntou ainda acerca do relatório da ARU, no qual constavam dois imóveis na área histórica da cidade e gostaria de saber se a situação estaria a ser resolvida.-----

O vereador João Cardoso, relativamente ao edifício sito na Rua do Comércio, referiu que tinha sido feita uma prorrogação do prazo e que existiam dúvidas se a mesma podia ser concedida, embora estivesse a ser analisada tecnicamente. Quanto ao outro edifício, disse existir uma incoerência no plano, entre o regulamento e os anexos e a equipa que o elaborou concordou em efetuar as correções materiais necessárias.-----

6 – Prestações de contas de 2018 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 03.04.2019 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara realçou que os SMAT apresentavam ali um exercício com um resultado líquido positivo de cento e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e três, oitenta e oito cêntimos, o que representava uma diminuição em termos absolutos, em relação ao ano de dois mil e dezassete, de quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e noventa e quatro, sessenta cêntimos, mas que se devia ao crescimento dos custos que tiveram a ver com o saneamento. Acrescentou que os proveitos não tinham tido uma variação significativa.

Concluiu dizendo que cinco por cento daquele resultado positivo seria para reservas legais e que os cento e trinta e cinco, setecentos e noventa e seis, sessenta e nove, da conta de gerência, seriam transferidos para dois mil e dezanove, para auto financiamento e investimento de obra prevista nos transportes e saneamento.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara porque é que o presidente dos SMAT não estava presente naquela sessão, para defender a gestão do seu cargo. -----

A presidente da Câmara disse que o vereador Nuno Lacão estava no gozo de férias.---

João Meira disse que o grupo municipal do PS sempre esteve cooperante com a gestão dos SMAT e que no ano passado até tinham dado um voto de confiança quanto aos objetivos prioritários de investimento. No entanto, foi com espanto que encararam aquela queda do resultado líquido, porque passar de um resultado operacional de quinhentos e vinte e sete mil para um valor negativo de oitenta e cinco mil era, claramente, um sinal de alerta que tinha de ser bem analisado.

Mais referiu que a execução da receita era favorável, mas a da despesa já não os surpreendia, pois nem chegava aos cinquenta por cento de execução. Quanto ao investimento de capital, continuava a mesma discriminação de sempre, de natureza política. As freguesias eram sempre as mesmas. Portanto, o que estava previsto nos mapas e nos projetos de outras freguesias, não foi cumprido. Saliu que o que tinha sido feito aos habitantes do Bairro dos Apóstolos, na freguesia da Urra, foi indecoroso. O facto de terem lá reduzido a pressão da água e dizerem que o problema estaria resolvido, afinal de contas, não resolveu nada. O PS não podia rever-se naquela execução.

Por último, referiu-se à dívida da autarquia e disse à presidente como é que ali levava os Serviços Municipalizados de águas e Transportes com um endividamento líquido que aumentou novecentos mil euros, só num ano. Qual a justificação para tal.-----

A presidente da Câmara disse que a informação que tinha acerca do assunto era que tinha a ver com o facto de o saneamento ter passado para os SMAT. Era um serviço com uma componente muito pesada, em termos dos investimentos a serem feitos e os respetivos custos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Marco Antunes disse que os transportes dos SMAT eram deficitários e que a água e o saneamento é que estavam a compensar as perdas dos mesmos. Seria interessante saber, através do relatório, quais seriam os resultados de cada um daqueles setores, para perceberem a situação atual. Em relação às queixas existentes nos mesmos, perguntou sobre o que é que a autarquia estava a prever fazer na requalificação dos autocarros mais antigos. -----

João Meira salientou que já tinham chegado à conclusão que o tratamento de águas residuais tinha suportado sobre os SMAT um aumento da despesa de setecentos mil euros para um milhão e trezentos mil, significando a quebra do resultado líquido em mais de quinhentos mil euros. Contudo, o que não estava justificado era o aumento do endividamento. A presidente da Câmara não deveria falar ali em execução de obra e investimentos, pois o nível de investimento feito estava em linha com o do ano anterior e era nada mais do que a utilização de resultados transitados. Posto aquilo, verificava-se a quebra do resultado líquido, pelo aumento do esforço orçamental, em matéria de despesa de saneamento.

Era preciso saber qual a justificação do aumento do endividamento em oitocentos mil euros. -----

A presidente da Câmara solicitou a ajuda ao vereador Armando Varela, enquanto vogal do conselho de administração dos SMAT, para que o mesmo pudesse explicar.--

O vereador Armando Varela disse que o endividamento líquido era negativo, o que significava que os SMAT não tinham dívidas expressas e portanto, era sintomático dos resultados positivos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito. O aumento na faturação do saneamento foi devido ao facto de ter havido mais águas pluviais em dois mil e dezoito, do que em dois mil e dezassete. Quanto à componente da taxa de execução orçamental, a nível de despesas de capital, disse que tinham a ver com o investimento na zona industrial e ao facto de ter sido lançado um concurso público, cujo valor no mapa de medições não teve nenhum concorrente que tivesse apresentado proposta, dentro do valor base apresentado. Portanto, teve de haver um reajustamento no mapa de medições e orçamentos e o valor colocado a concurso foi um valor superior ao do concurso que não tinha tido nenhum concorrente e, portanto, a obra seria desenvolvida em pleno, durante dois mil e dezanove. Foi aquela a razão da taxa de execução orçamental, em termos de despesas de capital, ter sido superior a cinquenta por cento e a despesa orçamental, capital e correntes, foi na ordem do noventa por cento, em dois mil e dezoito. O valor de investimento não era muito significativo e andava na ordem dos seiscentos mil euros e bastou haver uma das rubricas, que tinha expressão (trezentos mil euros), mas que não teve execução, para se traduzir numa redução da execução em cerca de cinquenta por cento. Naquela componente, os SMAT não tinham, praticamente, dívida e portanto o endividamento líquido não era positivo, mas era negativo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou ao executivo se endividamento líquido negativo era, afinal, saldo positivo. Mais questionou se, no passado dia três de abril, o presidente dos SMAT, Nuno Lacão, também estaria em gozo de férias.-----

A presidente respondeu que, naquela data, o presidente do conselho de administração dos SMAT, Nuno Lacão, estava em representação do município na Assembleia das Águas, na Guarda.-----

Hugo Capote perguntou diretamente à presidente da autarquia se considerava normal o facto do presidente daquela empresa municipal tivesse faltado, precisamente, às duas reuniões em que foi apresentado o exercício de gestão das mesmas.-----

Marco Antunes solicitou à presidente da Câmara que respondesse às questões que lhe tinha colocado anteriormente.-----

A presidente da Câmara, relativamente à análise de custos, disse que o grande aumento se tinha verificado devido na rubrica de fornecimento de serviços, na qual se destacava o custo com o tratamento das águas residuais. Acrescentou que as causas daquele aumento assentavam em dois fatores: em dois mil e dezassete, os custos referiam-se apenas a dez meses, porque janeiro e fevereiro ainda tinham sido do município de Portalegre; o outro fator tinha a ver com a pluviosidade, pois era um fator determinante para a variação daquele tipo de custo.

Quanto aos investimentos, disse que se estava a pensar fazer investimentos ao nível da frota, de modo a manter os SMAT com capacidade e eficácia de resposta, nos vários serviços.-----

João Meira lembrou que, no relatório do ano passado, o resultado líquido tinha sido de quatrocentos mil euros, subentendido como resultado líquido positivo. No entanto, se atualmente havia um endividamento líquido negativo de um milhão e duzentos mil, significava que existia verba que podia ter sido executada, mas que não foi.

Portanto, a súmula de tudo aquilo era de que a gestão dos SMAT tinha vindo a ser levada a cabo por uma incapacidade de execução técnica e financeira.

Relativamente à questão da seleção dos investimentos que eram, ou não prioritários, voltou a perguntar à presidente da Câmara qual era o critério de seleção geográfico, nas freguesias, para os investimentos que estavam a ser feitos e o que é que fazia com que uns fossem mais prioritários e outros menos.-----

O vereador Armando Varela explicou que a execução orçamental era uma coisa e o endividamento tinha a ver com dinheiro. Portanto, os SMAT tinham mais disponibilidade financeira do que aquilo que tinham de dívidas a pagar. A componente das disponibilidades, mais o crédito a receber de terceiros eram superiores em cerca de um milhão e duzentos mil euros às responsabilidades que tinham para pagamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, referiu que a execução orçamental, em termos do orçamento projetado para o próximo ano, tinha regras específicas, na forma como podiam ser previstas as receitas para o ano seguinte.-----

Fernando Rebola, relativamente à relação da desagregação das contas em função dos subsectores dos SMAT, disse que dos três subsectores (águas, saneamento e transportes) um deles estava a garantir o funcionamento e os resultados positivos dos SMAT e era o setor das águas. Considerando que aquele setor estava em reestruturação e, eventualmente, poderia vir a passar para uma gestão intermunicipal e, portanto, os SMAT perderão o setor que os sustenta, colocava-se uma questão importante: Qual será o futuro que os espera? Como irão garantir a funcionalidade dos outros dois setores? Até que ponto é que se poderiam tornar rentáveis os setores dos transportes e do saneamento?

A preocupação a reter era que quando os ganhos da água deixarem de sustentar os outros subsectores o que é que iria sustentar os SMAT. -----

A presidente da Câmara salientou que todos já sabiam que o setor dos transportes não era rentável, mas tinham uma função social muito importante, senão a autarquia já teria terminado com algumas carreiras. Portanto, a pergunta estava fora do contexto, senão teriam de analisar o todo, pois os SMAT eram parte do município e não uma empresa qualquer, fora do contexto municipal. Lembrou que, por alguma razão, eram das poucas autarquias, que mantinham transportes municipais. Provavelmente, teriam de equacionar a forma de manter os transportes, nem que fossem feitos com táxis. -----
Hugo Capote, disse que se os SMAT abdicassem da parte da água, que pagava os transportes, e se fosse dada a gestão da baixa da água a uma empresa municipal, seria necessário apurar se a Câmara teria condições para manter os transportes, apesar de virem a ser reformulados. Claramente, os transportes não tinham qualquer viabilidade, nem era suposto terem, pois era a função deles, mesmo sendo deficitários.

A presidente da Câmara referiu que, atualmente, estava ser feito um exercício com a comunidade intermunicipal, porque tinham de lançar um concurso, na área dos transportes, e chegaram à conclusão que não iria concorrer ninguém porque, efetivamente, os transportes não eram rentáveis. A realidade era aquela, pois o número de pessoas era diminuto. Obviamente que era necessário equacionar outras alternativas.-----

João Meira disse que a observação do membro Fernando Rebola não era, de todo, despropositada, pois conforme era sabido, a ERSAR tinha definido que, a partir de um de janeiro de dois mil e vinte, tinha de ser cumprido o princípio do consumidor/pagador, no que tocava à distribuição de água. Tal significava que não poderia haver estratégias de desorçamentação, em que as águas continuariam a pagar o saneamento e os transportes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, estavam a escassos meses da entrada do normativo e, quanto ao que eram os prejuízos dos transportes e do saneamento, ainda não tinham tido uma apresentação de qualquer proposta, da parte do executivo, que se pudesse considerar viável.

Em conclusão, disse que perante a quebra de resultados, a incapacidade de aplicar os resultados financeiros acumulados, e com a entrada do novo normativo era preocupante vislumbrar o estado dos SMAT, em dois mil e vinte. -----

7 – Mercado Municipal de Portalegre – Isenção de pagamento de rendas;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

A presidente da Câmara referiu que aquela isenção tinha a ver com o que estava a ser feito no Mercado Municipal e que era a requalificação do piso do mesmo, resultante de uma candidatura ainda do anterior mandato. Entendiam que, como as pessoas ficaram privadas dos espaços, não deveriam pagar as rendas. No entanto, a Assembleia Municipal é que tinha a competência para isentar, ou não. -----

8 – Contratação de empréstimo até ao montante de 212.067,00 euros;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 –

A presidente da Câmara disse que aquele pedido de empréstimo tinha a ver com a necessidade de serem feitas intervenções de requalificação numa das entradas da cidade, cujo piso estava em fim de vida, mais propriamente na zona da central de camionagem, na Av.º do Brasil e na Av.ª de Santo André (Rua Alexandre Herculano). A autarquia não conseguiu financiamento para requalificar todas as estradas em situação periclitantes e que colocavam em risco pessoas e bens. Foi feita uma consulta aos bancos do concelho de Portalegre e tinham respondido vários bancos. Obviamente que todo o procedimento teria de ir ao Tribunal de Contas. -----

9 – Contratação de empréstimo até ao montante de 1.185.289,00 euros;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

A presidente da Câmara explicou que aquele empréstimo estava desanexado do anterior pois tinha a ver com requalificações que já tinham financiamento, a fundos comunitários. Naquele conjunto de intervenções estavam: a Av.ª Francisco Fino, que tinha ruturas constantes, a piscina dos Assentos e a incubadora de base não tecnológica (antigo edifício do Estrela).-----

Miguel Monteiro perguntou à presidente porque é que tinha feito uma declaração de voto conjunta para os dois empréstimos, se ali disse que estavam desagregados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Mais disse que a primeira parcela ia diretamente para o endividamento da Câmara e, relativamente à segunda, iria haver sempre repercussão nas contas da autarquia.

Em termos quantitativos e somando os valores ali presentes, referiu que tinha sérias dúvidas que os mesmos conseguissem dar total cumprimento às necessidades de funcionamento para a concretização dos projetos. Na parte da incubadora não tecnológica salientou que estavam somente previstos oitenta e cinco mil euros, o que achava ser pouco.

Havia ainda a necessidade, mais que evidente, de intervir na piscina municipal mas, infelizmente, ainda não estava na lista de prioridades da presidente da Câmara.

Referiu que aqueles empréstimos, traduzidos em dinheiro, eram para a presidente da câmara gerir os seus interesses e a sua agenda política pessoal, para o concelho. Tendo em conta o facto de a presidente não ter um orçamento aprovado, para dois mil e dezanove, por culpa própria, e porque os defeitos que presidiam à incapacidade da mesma em o fazer aprovar, eram-lhe totalmente imputados, continuava agora a agravar a situação ao apresentar ali questões como aquelas.

Concluiu, dizendo que a presidente estava a fazer tudo ao contrário, ao tentar fazer aprovar os empréstimos, para depois ir à reunião de Câmara tentar também fazer aprovar uma revisão orçamental, para então poder ter uma espécie de orçamento “encapotado”, porque não conseguia ter um orçamento aprovado, em sede de Assembleia Municipal. Portanto, aquele tipo de habilidade financeira teria de ser alvo de condenação política, por parte da Assembleia, por se tratar de um artifício financeiro que a presidente da autarquia estava a utilizar para, através de uma revisão orçamental, ter um orçamento que não tinha, nem conseguiu fazer aprovar na reunião de Câmara. -----

Luís Carvalho alertou que o que estava em causa era assegurar a contrapartida nacional, referindo-se aos quinze por cento que iriam financiar cada um dos projetos que estavam aprovados, no âmbito do “Portugal 2020”. A segunda dimensão tinha a ver com o facto de aquelas intervenções fazerem parte do pacto para o desenvolvimento e coesão territorial, que no fundo representava o conjunto de intervenções identificadas como prioritárias pelo município. Portanto, havia ali um contrato assinado com as entidades gestoras dos Programas Operacionais financiadores (sobretudo PO Alentejo), onde o município se comprometia a realizar as mesmas.

O que estava ali também em causa era que, face às reduzidas taxas de execução na comunidade intermunicipal do Alto Alentejo e em todos os seus municípios, corria-se o risco de perder seis por cento do montante adicional a que tinham direito, se fossem capazes de executar.

Por outro lado, estamos a chegar a um momento do período de programação do “Portugal 2020” em que, obrigatoriamente, terá que haver avanços significativos na execução, caso contrário, num curto prazo, corre-se o risco de haver novamente uma operação de limpeza nos fundos comunitários e retirarão aos municípios que até à data não conseguiram executar a oportunidade de avançar com as intervenções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

previstas. Efetivamente, o município de Portalegre tem de garantir que, independentemente de se poder não concordar com os timings, era chegado o momento de executar o que estava contratualizado, com as entidades financiadoras. --

Fernando Rebola disse que ninguém poderia negar que aquelas duas operações eram necessárias. Em relação à primeira, perguntou à presidente da Câmara se havia alguma forma de priorizar as restantes intervenções que também eram necessárias. Relativamente à segunda, o que estava ali em causa seria o empréstimo para garantir a comparticipação nacional. Obviamente que aqueles projetos não podiam ser perdidos por falta de capacidade financeira. No entanto, garantir a totalidade da comparticipação nacional, com base em empréstimo sem integrar o orçamento municipal, estava-se a onerar tudo para futuros executivos. -----

Hugo Capote entendia que tinham de centrar a questão no foco da discussão. Todos concordariam que as intervenções eram necessárias, mas não podiam esquecer que a presidente da Câmara não tinha cabimentação orçamental para aqueles empréstimos. Para tal, teria de ter havido uma revisão orçamental, aprovada em sede de Câmara. Portanto, não podiam aprovar ali, formalmente, algo que não tinha uma revisão orçamental.

Salientou haver ali, claramente, uma tentativa de criar uma contingência e de condicionar o voto de alguns membros.

A presidente da Câmara Municipal de Portalegre tinha, de uma vez por todas, de perceber que fez as opções políticas que tinha de fazer, tinha um acordo tripartido que lhe dava sustentação na Câmara e na Assembleia, mas, enfim, aconteceu o que aconteceu e agora tinha de funcionar de outra maneira, sem truques nem malabarismos contabilísticos informais, que punham em causa a dignidade da Assembleia Municipal de Portalegre. -----

A presidente da Câmara referiu que aqueles projetos não eram dos últimos tempos, já vinham bastante detrás e não havia ali nenhum subterfúgio, nem sequer qualquer tipo de artimanha para os fazer passar. Simplesmente não foi possível ter ido à banca há mais tempo porque a autarquia estava com excesso de endividamento. O que estavam a pedir também era a contrapartida nacional e não o montante global.

As circunstâncias dos avisos de abertura dos concursos também só tinha acontecido há pouco.

Chamou a atenção aos presentes e disse que se não fizessem agora aquelas intervenções era Portalegre que ficava prejudicada. A entrada da cidade era uma prioridade pois era das vias que estava pior. Acrescentou que já tinham feito intervenções pelas freguesias e outros locais.

No entanto, era chegada a altura de fazê-las na cidade e com orçamento da autarquia, sem ir buscar dinheiro. Também assim foi com o mosteiro de Santa Clara, o Museu de Tapeçaria, a Escola de Artes do Norte Alentejano, a cobertura e fachada do edifício de Santo Agostinho, etc.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Realçou o facto de que o orçamento da Câmara não chegava para tudo. Além de que a sua declaração de voto não tinha sido política, mas sim tecnicamente sustentada. Não iria hipotecar o futuro, pois era feita com bom senso. Fê-lo, pois, no sentido de a autarquia se poder endividar, na medida de que ficariam ainda com folga para fazer mais investimento e obra, no futuro, sem por em causa o município de Portalegre.

Quanto à questão da revisão orçamental disse que era o saldo de gerência, do ano anterior, o qual tinha de ser colocado em dois mil e dezanove, conforme acontecia todos os anos.

Em relação ao orçamento, salientou que teria de ir, obrigatoriamente, ao Tribunal de Contas e, naquela altura, teria de estar cabimentado e abrirem-se as rubricas inerentes, para se poder fazer a revisão orçamental. Afirmou que não estava a fazer nada ilegal ou irregular. Posto aquilo, referiu que a revisão orçamental iria à próxima reunião de Câmara, para se abrirem rubricas e depois serem orçamentadas.

Lembrou que a Câmara Municipal de Portalegre já tinha estado sem orçamento e que o Tribunal de Contas tinha a última palavra a dar e, havendo alguma irregularidade ou ilegalidade, seria o mesmo a apontá-la.

EM conclusão, disse que aquelas obras eram necessárias e que iriam beneficiar todos os portalegrenses. Tinham candidaturas e estavam homologadas. Portanto, estava nas mãos de todos os membros da assembleia decidir. -----

Ricardo Romão disse que o que estava ali em causa era fazer política, boa ou má política. Era preciso perceber que o que ali estava a ser feito e os procedimentos já iniciados não adivinhavam se em abril dois mil e dezanove já havia orçamento aprovado, ou não.

O que a Câmara Municipal estava a tentar fazer era gerir investimentos que consideravam prioritários. Não era fácil gerar consenso, embora fosse necessário haver algum entendimento, em vez de “guerrilhas”, para bem da cidade e do concelho. Congratulou a CDU pela posição tomada na votação daquele tema, na reunião de Câmara. -----

O vereador Luís Pargana solicitou a palavra à mesa para esclarecer que o seu voto, na reunião de Câmara, em relação àquela matéria, foi devidamente fundamentado em declaração de voto, na qual explicitou que o voto se baseava nas informações prestadas pela presidente da Câmara de que haveria suporte orçamental, nas grandes opções do plano, para a deliberação que estava a ser tomada. Contudo, verificou ali que a informação da mesma, na reunião do executivo, não era verdadeira e não havia, de facto, suporte orçamental, nem previsão nas grandes opções do plano. Pelo que, o seu voto tendo sido favorável foi apenas com base num pressuposto infundado e incorreto, que não se verificava. -----

A presidente de Câmara, em defesa da honra, pediu a palavra à mesa para esclarecer que não tinha dito o que o vereador Luís Pargana tinha acabado de mencionar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aquando da reunião de Câmara. Estava gravado. Realçou que se houvesse orçamento não estaria a recorrer à banca, obviamente. -----

O presidente da mesa chamou a atenção à presidente da Câmara para o facto de não terem sido aquelas as palavras do vereador Luís Pargana. -----

Miguel Monteiro referiu que a bancada do PS estava integralmente de acordo com a primeira intervenção feita pela bancada da CLIP, nomeadamente pelo Luís Carvalho. Mas, infelizmente, as palavras do mesmo não eram coincidentes com a prática política da presidente da Câmara e aquela intervenção a que tinham acabado de assistir era a prova daquilo mesmo. Lamentavelmente a Assembleia Municipal de Portalegre estava colocada numa posição ingrata, pois a presidente da autarquia queria fazer ali aprovar aqueles dois empréstimos, antes de fazer o trabalho que deveria ter feito, em sede de orçamento.

Efetivamente que quando existiu excesso de endividamento não se podia recorrer a financiamento bancário. Contudo, chamou a atenção à presidente da Câmara que também não o poderia fazer atualmente, para aqueles dois empréstimos, porque não havia cabimentação orçamental para tal.

Confirmavam, pois, a causa da má política que se praticava no executivo municipal e na Assembleia Municipal. A má política não era a da oposição frontal ou da oposição fundamentada em base legal. A má política era, sem sombra de dúvida, feita por alguém que tinha desbaratado, em poucos meses, uma maioria que tinha no executivo municipal e na Assembleia Municipal.

Concluiu, dizendo à presidente da Câmara que a bancada do PS estava preparada para a chantagem que a mesma iria fazer incidir sobre os utentes da piscina municipal dos Assentos, sobre os empresários da Av.^a Francisco Fino, etc. para tudo aquilo e muito mais, até mesmo para um qualquer comunicado, que saísse no dia seguinte, nos microfones da Rádio Portalegre, feito pela própria, ou pelo grupo municipal que a sustentava. No entanto, o que não estavam preparados era para embarcar na sua má política orçamental e andarem atrás de esquemas daquela índole, para justificar a incompetência da presidente da autarquia, à frente dos destinos de Portalegre. -----

Hugo Capote disse que o grupo municipal da CDU, durante os últimos quatro anos, fez uma oposição frontal, limpa e tiveram um vereador em minoria na Câmara e disseram o que tinham a dizer. Curiosamente, depois de tentarem mudar as coisas, os resultados eleitorais foram o que foram, mas a CDU teve a hombridade de se sentar à mesa com a presidente, e chegaram a um acordo. As razões pelas quais estavam ali não tinham sido calculadas pela presidente da Câmara e demonstravam a fraca política e gestão da mesma, nos destinos de Portalegre.

Acrescentou que quem tinha cortado a possibilidade do vereador da CDU ter feito o seu trabalho, de ter capacidade de intervenção e até mesmo de divulgar os posts das intervenções públicas que teve, tinha sido a presidente da Câmara Municipal de Portalegre. Perante tudo aquilo, com certeza que a presidente não esperava que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

CDU desaparecesse, durante quatro anos, do espectro político do distrito, por ter feito um acordo político com a CLIP.

Em conclusão, disse que os outros grupos partidários nem precisavam de se esforçar politicamente, porque, formalmente, as coisas pareciam mal feitas e a roçar o ilegal.--

Ricardo Romão referiu que era óbvio que a situação, em causa, vinha de processos já iniciados, mas sem se adivinhar que, atualmente, ainda não existia orçamento aprovado. Aquele tipo de constrangimentos resultava da não aprovação de um orçamento. Aqueles instrumentos eram a via possível para serem feitas algumas coisas. Obviamente que quem não aprovava ou não dava contributos para que houvesse um orçamento diferente, teria alguns ónus. A responsabilidade era de todos.

10 – Demonstrações financeiras e relatório de gestão de 2018 da CMP para apreciação e aprovação da aplicação dos resultados:

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 –

A presidente da Câmara fez a leitura do documento referente ao ponto em apreço. Perguntou se alguém tinha questões a colocar.-----

Miguel Monteiro salientou que o PS não se iria pronunciar sobre contas que nem certificação legal tinham, por inteira responsabilidade da presidente da Câmara Municipal de Portalegre, uma vez mais.-----

Marco Andrade, relativamente ao concurso para seleção do revisor oficial de contas para a autarquia, lançou um repto à Assembleia Municipal, para que fosse a própria a definir os critérios para seleção. Na sua opinião, seria a única forma de resolver, de uma vez por todas, aquela situação. -----

O presidente da mesa, cingindo-se à leitura da lei, informou que o documento legal sobre aquela matéria, dizia o seguinte: “Proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, que escolhe de entre as propostas formuladas pela Câmara.” Portanto, a lei era simples e específica e não havia aplicação do código da contratação pública. Era assim que acontecia nos trezentos e sete municípios do país. -----

Miguel Monteiro disse perceber a ideia do membro Marco mas, obviamente, não podiam pactuar com qualquer ilegalidade. Quanto às várias menções da presidente da Câmara ao Tribunal de Contas, disse à mesma que antes do Tribunal ver fosse o que fosse, estava ali a Assembleia Municipal de Portalegre primeiro, para ver e fiscalizar o executivo municipal. Aquela casa era o órgão que tinha de ser respeitado.

Ainda em relação ao ROC, disse haver forma de resolver o caso: a Câmara, com muito mais celeridade, deveria ter despoletado os procedimentos a que estava obrigada, para resolver tamanho imbróglio. No entanto, a forma que foi usada até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

então não podia ser novamente usada e que foi a de utilizar um conjunto de critérios e circunstâncias, de tal forma obscuras, que levaram a que as empresas ali apresentadas, nem à segunda tentativa de prestar o serviço por um determinado valor, o aceitaram fazer. Portanto, o erro não podia voltar a ser cometido e serem apresentadas propostas à Assembleia Municipal que estivessem, à partida, viciadas.---

Hugo Capote lembrou que a Assembleia Municipal já tinha resolvido o problema por duas vezes e já tinham saído deliberações com indicações claras a duas das sociedades de revisores oficiais. O problema foi que tudo estava designado para ser uma determinada sociedade mas, por questão de incompatibilidade com outra empresa municipal, não pôde ser. A Assembleia, enquanto órgão fiscalizador, impediu que alguma das outras pudesse aceitar.

Não percebia como é que iriam resolver um problema chamado cartelização, definindo critérios e outros argumentos para outras empresas do género.

Esperava que já se tivesse demonstrado à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas o desagrado do que ali tinha acontecido.-----

Ricardo Romão perguntou ao presidente da Assembleia se já tinha feito alguma diligência, relativamente à empresa de revisores que tinha feito um comentário menos próprio sobre o assunto.-----

O presidente da mesa disse não o ter feito ainda, porque não era somente um exemplo e sim dois a remeter à Ordem, à Autoridade da Concorrência e ao Ministério Público. Iria tratar da questão, assim que lhe fosse possível.-----

11 – Informação n.º 7842, de 29 de março de 2019 relativa à repartição de encargos por mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 –

A presidente da Câmara disse que o ponto tinha a ver com as despesas que tinham repartição ao longo de dois mil e dezanove, dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. -----

12 – Proposta do Partido Socialista – Conselho de Curadores da Fundação Robinson.

Miguel Monteiro disse que, tendo em conta as circunstâncias atuais da gestão da fundação Robinson, parecia-lhes por demais evidente que não havia condições para que o presidente daquela Assembleia exercesse, de forma objetiva e isenta, as suas funções no conselho de curadores, nomeadamente quando se tratava de votar pontos relacionados com a atividade financeira da mesma.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Salientou que as reais contas da fundação em causa continuavam uma incógnita e a Câmara Municipal de Portalegre tinha uma deliberação daquela Assembleia municipal que continuava a não fazer cumprir, que dizia respeito ser efetuada uma auditoria rigorosa à fundação Robinson.

Além dos recentes acontecimentos ocorridos na fundação e com os elementos do conselho da mesma, os quais adensaram, ainda mais, aquele clima de uma enorme nebulosa, em termos do que era a gestão financeira e patrimonial daquela fundação. Em conclusão, não era nada positivo que o presidente da Assembleia Municipal, estando naquele órgão e representando, de certa forma, todos os elementos da mesma, não podia ter condições para votar o que quer que fosse, acerca da fundação.

Hugo Capote disse que a CDU partilhava da vontade do PS e gostariam de estendê-la a todos os membros da Assembleia Municipal que exerciam funções no conselho de curadores da fundação Robinson, porque sendo membro de um órgão que decidiu, democraticamente, uma determinada matéria, considerou que o mesmo não estaria a ser respeitado.

Portanto, o seu grupo político votaria a favor da sugestão anteriormente apresentada. -

Ricardo Romão perguntou ao presidente da mesa qual era a sua posição sobre o assunto, porque era o visado naquela proposta. Acrescentou que o presidente da Assembleia Municipal pertencia ao Conselho de Curadores da Fundação Robinson por inerência e não estava previsto renunciar ao cargo. Por outro lado, nas reuniões onde o mesmo estava presente poderia fazer a sua pronúncia às propostas, votando a favor, contra ou abstendo-se.-----

Fernando Rebola disse que os dois aspetos essenciais seria saber se a Assembleia podia cortar, de alguma forma, aquilo que era matéria da competência do presidente da mesma e, em segundo plano, questionar se ao demitir-se de um órgão, de uma função, valorizaria aquilo que era a lógica prática da representatividade. Tinha dúvidas se seria a posição certa.-----

O presidente da mesa referiu que os estatutos da Fundação Robinson reservavam uma inerência no Conselho de Curadores ao presidente da Assembleia Municipal. As funções do presidente da Assembleia Municipal eram as de representar, obviamente, a Assembleia Municipal, mas também de prolongar aquilo que era o seu mandato, enquanto fiscalizador do órgão executivo, não só do órgão fiscalizador - Assembleia Municipal, como do órgão fiscalizador - Conselho de Curadores. Sendo que o órgão fiscalizador - Assembleia Municipal, do qual era presidente e exercia funções de inerência no Conselho de Curadores, deliberou a necessidade de uma auditoria às contas e a questão era que o órgão ao qual presidia entendia que a leitura transversal dos exercícios contabilísticos necessitava de um aprofundamento e de um esclarecimento. Portanto, não era bastante para o órgão ao qual presidia a leitura que era feita dos demais órgãos da Fundação Robinson.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Colocava-se, pois, uma questão de ética, de representatividade e de funções do representante.

Acrescentou que, relativamente a ter sido ele a levar a questão à Assembleia Municipal, lembrou que no seu grupo político ainda tinham uma dimensão coletiva. Pelas razões que enumerou, colocava-se-lhe a dúvida ética e também no espírito dos que eram os proponentes daquela deliberação, que a Assembleia Municipal se deveria pronunciar. E, portanto, ainda que não houvesse auditoria às contas e aos exercícios da Fundação Robinson, a questão que se colocava era se deveria ou poderia o seu representante, naquele órgão, não agir em conformidade com a deliberação do órgão a que presidia.

A questão era ainda mais sensível pois a sua presença no órgão só podia admitir uma de três opções: ou a abstenção, ou o voto favorável ou o voto contrário, e relativamente à matéria cujo órgão a que o representante naquele Conselho de Curadores tinha dito que não tinha elementos necessários para emitir opinião. Portanto, era necessária uma auditoria, não só por causa da falta de regularidade, mas também de normalidade institucional da Fundação Robinson. Tal normalidade não competia ser apurada pela Assembleia Municipal, pois não deveria envolver-se nas circunstâncias menos claras daquela Fundação.

Mais referiu que, assim que verificada a normalidade e cumprida a deliberação da Assembleia Municipal, existiriam condições objetivas para que o presidente da mesma pudesse desenvolver a atividade do outro órgão (F. Robinson). O estranho era o facto de serem os próprios estatutos que determinavam, sem a deliberação que era necessário obter, a fórmula de suprir a ausência do presidente da Assembleia Municipal do Conselho de Curadores, ditada pelos estatutos da Fundação Robinson, uma vez que o presidente do órgão fiscalizador, na sua ausência, entregaria o seu mandato à presidente da Câmara, enquanto presidente do Conselho de Curadores da Fundação Robinson e logo presidente do órgão fiscalizado.

Com o devido respeito, disse que aquela era uma circunstância em que nenhum presidente de uma Assembleia Municipal deveria estar colocado.

Outra questão a ponderar era a de saber se o próprio teria, ou não, impedimento de votar aquele ponto. Entendia não haver impedimento para tal, porque se o presidente da Assembleia Municipal tinha, enquanto tal, capacidade para votar os estatutos que lhe conferiam a possibilidade o poder e a competência para exercer funções no órgão Conselho de Curadores, então tinha, ao mesmo tempo, competência para votar uma deliberação que o exonerasse do exercício daquelas competências.

Realçou que, em relação a matéria de consciência quanto ao impedimento, era o próprio que a julgava daquela forma, embora havendo órgãos de recurso sobre o seu julgamento.

Em conclusão, disse que teriam de refletir muito bem sobre os destinos da Fundação Robinson, e até mesmo “esticar a corda” para que as coisas voltem a ser discutidas como era suposto. A Assembleia Municipal deve pronunciar-se e ser sempre ouvida, atempadamente e objetivamente, sobre as questões que importavam. Deveriam colocar as cartas todas em cima da mesa e organizar uma jornada sobre a Fundação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Robinson, mas para tal, tinha de haver a referida auditoria. Salientou o facto de não conhecer tudo o que lá se passava e só sabia que não havia conselho de administração que lá se aguentasse mais do que um ano e dois meses.-

Ricardo Romão disse que se estava a desfocar o assunto. O assunto era que o presidente da Assembleia Municipal, por inerência, ao abrigo dos estatutos em vigor, era o representante da Assembleia Municipal e a única forma do presidente da Assembleia Municipal ser excluído do Conselho de Curadores era através de uma deliberação tomada pelo próprio Conselho de Curadores, tal como previsto no nº 6 do artigo 7º dos Estatutos. Lembrou que o presidente da Assembleia Municipal quando tomou posse como tal sabia daquela incumbência. Achava que, na questão da representatividade, seria negativo a Assembleia Municipal não estar representada.-----

O presidente da mesa salientou que o presidente da Assembleia Municipal de Portalegre só respondia à Assembleia Municipal de Portalegre e não a qualquer conselho de curadores, mesmo que os estatutos lhe imprimissem qualquer dever que o próprio desconhecia. Os estatutos não tinham força de lei e as deliberações a que o presidente da Assembleia Municipal estava obrigado a cumprir eram as deliberações da própria. O Conselho de Curadores não podia exonerar o presidente da Assembleia Municipal das suas funções, nos termos dos estatutos. A lei também não determinava que as competências próprias do presidente da Assembleia Municipal fossem representatividade em órgão externo. O único documento que o determinava eram os estatutos.

Portanto, parecia-lhe muito cabeceoso que o presidente da Assembleia Municipal de Portalegre se visse na contingência de estar obrigado a estar presente num órgão que fiscalizava, sem condições.

Havia ainda outra conclusão que poderia retirar da sua interpretação, era se o mesmo não teria condições para continuar a exercer as funções de presidente daquela Assembleia Municipal e, naquele sentido, a resposta a ser dada seria com outra pergunta: A Assembleia Municipal concordava que o próprio deveria ser exonerado das suas funções, enquanto presidente da mesma, por causa da sua obrigação de a representar, naquelas condições, no Conselho de Curadores. -----

Maria do Rosário, no uso da palavra, disse que aquele problema não se tinha colocado se a presidente da Câmara Municipal tivesse pedido a auditoria. A presidente da autarquia falou ali em passarem agora a Fundação Robinson para a Câmara Municipal mas, contudo, na Câmara sempre tinha a mesma estado e era a razão por que se encontrava naquela situação.

Portanto, era mais do que altura de se nomear um novo Conselho de Curadores, que se baseasse menos em políticos e mais em políticas de promoção da musealização da Fundação. A Fundação Robinson precisava de pessoas idóneas e que quisessem trabalhar em prol da mesma e não de pessoas que iam com segundas intenções e acabavam por sair ao fim de um ano. Salientou que a presidente da Câmara, enquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

presidente do Conselho de Curadores da Fundação, deveria ter demitido, logo na altura, quem tinha mandado demolir edifícios classificados da Robinson, em vez de os protegerem.

Concluiu, dizendo que a presidente da Câmara é que tinha em mãos a solução para resolver o problema daquela fundação, para tal bastava mandar fazer a auditoria.-----

Miguel Monteiro referiu que não se podia desfocar o que estava na origem daquela proposta. Lembrou que quem tinha atribuído, inicialmente, aquela inerência ao presidente da Assembleia para se fazer representar no Conselho de Curadores tinha sido a própria Assembleia. Portanto, pela sua leitura, seria também a Assembleia que decidiria se seria retirada alguma capacidade ao presidente.

A Assembleia Municipal de Portalegre tinha de começa a dar sinais fortes para acabar, de uma vez por todas, com a política do faz de conta que se passava na Fundação Robinson. Parar de fazer de conta que aquela fundação existia, que conseguia exercer as competências para as quais tinha sido criada e que a mesma tinha contas. Já chegava. Não havia um exercício sério de gestão na Fundação Robinson!

Se os alertas e as diversas exaltações nas muitas sessões daquela Assembleia não chegaram para acabar, de uma vez por todas com a Fundação Robinson, ao menos que o conseguissem fazer dando um sinal forte através do presidente da mesa, que ali os representava. Aquela era, pois, a base da proposta apresentada pelo PS, conjuntamente com outros grupos políticos, que deveria ser o sinal que era urgente dar, para se acabar com aquele “assobiar para o ar” daquela fundação.

Em conclusão, disse que duvidava que alguém ali acreditasse nas contas apresentadas pela Fundação Robinson. Enquanto eleito daquela Assembleia ou mesmo quando esteve como vereador, já estava farto de ver relatórios de contas e orçamentos apresentados numa folha A4, como se de uma folha de mercearia se tratasse. Tais factos tinham de acabar e não podiam continuar.-----

Ricardo Romão disse que estava escrito nos documentos oficiais, nomeadamente o regimento da Assembleia, na alínea a), do n.º 1, do art.º 14.º, o seguinte: “Os membros têm o dever de participar nas reuniões e sessões da Assembleia, grupos de trabalho e/ou em todos os organismos em que estejam em representação do órgão”. E, portanto, os estatutos da Fundação Robinson tinham sido aprovados pela Assembleia Municipal. Perguntou ao presidente da mesa quais tinham sido as diligências que o mesmo tinha feito, enquanto membro do Conselho de Curadores, de veicular o que ali estava a ser veiculado.

Achava que a proposta do PS, embora estranha, era legítima e a sua interpretação era ainda mais estranha.

Enquanto membro daquela Assembleia Municipal disse que podia pedir ao presidente da mesma que levasse uma mensagem da própria Assembleia, ao Conselho de Curadores. Perguntou ao presidente, enquanto membro do Conselho de Curadores, se já o tinha feito.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa disse que era precisamente pelo facto de o regimento da Assembleia dizer aquilo que foi lido que ele próprio carecia de uma deliberação superveniente para se exonerar de responder positivamente à obrigatoriedade de presença no Conselho de Curadores. Caso contrário, estaria obrigado e vinculado ao que dizia o regimento. Portanto, a proposta foi ali entregue e seria ali votada.

Quanto à questão anteriormente colocada, disse que apenas esteve presente numa reunião de Conselho de Curadores e não pôde estar presente na outra. Desde que tinham tomado posse só houve duas reuniões e as discussões eram de tal forma telúricas que cedo se percebeu que qualquer questão que fosse colocada mereceria resposta.

Portanto, a única interpelação verdadeira do qual o presidente da Assembleia Municipal deveria, podia, e tinha sido portador, tinha sido a deliberação tomada ali para que fosse feita uma auditoria. Salientou que, desde então, já tinha passado mais de um ano e quando os membros do Conselho de Curadores tinham tomado posse, no mesmo dia do Conselho de Administração, mas em dia distinto do Conselho Fiscal, ficou claro que só poderia haver participação no seio do órgão. E se o Conselho de Curadores reunia tão pouco, obviamente que não se podia participar mais.

Era imperativo que aquela Assembleia Municipal encontrasse uma solução urgente para aquela fundação. Em bom rigor, disse que o que importava discutir era se os próximos membros a serem nomeados, eram membros do Conselho de Administração ou duma comissão liquidatária, para ser feita uma auditoria forçada.-----

Hugo Capote salientou que o entendimento do seu grupo ia também naquele sentido. Ao verem uma inerência de alguém que era presidente de um órgão em representar o mesmo noutra instituição, então a única forma de desobrigar aquele indivíduo daquela obrigação, era precisamente o órgão a que presidia a desonerá-lo da função.

Referiu ainda que o grupo da CDU estava plenamente disponível para a discussão da Fundação Robinson e a questão da auditoria, foi colocada como o último dos passos a dar, para um recomeço da Fundação e como um retorno às origens, de modo a limpar também todas as nuvens negras que a mesma tinha, nomeadamente ao nível da gestão financeira e patrimonial.

A decisão foi ali tomada já há cerca de um ano e, portanto, era chegada a altura de transmitir a forte mensagem de que a Assembleia Municipal já não estava disponível para contribuir para que aquela fundação continuasse a fingir que funcionava.

Concluiu, dizendo que ao ser votado favoravelmente, aquela recomendação, estariam a transformar aquilo que era uma prerrogativa do presidente daquela Assembleia Municipal, que era representar a de representar a Assembleia Municipal num órgão numa opção em que o desobrigavam de o fazer, ou melhor, considerando que já não seria legítimo a Assembleia Municipal fazer-se representar naquele órgão. -----

Ricardo Romão não concordava com o que disse o membro Hugo Capote, porque a Assembleia Municipal era soberana nas decisões e no caso específico de uma decisão vertida no próprio regimento só poderia abdicar-se dela alterando o regimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Era uma questão formal e o regimento dizia, no art.º décimo quarto, alínea a), que: "...constituem deveres dos membros da Assembleia participar [...] em todos os organismos em que estejam em representação do órgão."

Disse ainda que, voltando aos estatutos da Fundação Robinson, havia uma forma de a Assembleia exonerar o seu representante - art.º sétimo, n.º seis: "A Assembleia Municipal pode sugerir ao Conselho de Curadores da Robinson que o seu representante seja excluído por manifesto desinteresse pelo exercício das funções."

Em conclusão, salientou que não lhe parecia haver outra forma.-----

O presidente da mesa sublinhou que lhe parecia mal a forma descrita anteriormente, porque o que estava em causa não era o manifesto desinteresse pelo exercício das funções. A aplicação do artigo, mencionado pelo membro Ricardo Romão, não tinha qualquer cabimento.

Realçou que, enquanto presidente daquela Assembleia Municipal, cumpriria com rigor qualquer deliberação do órgão a que presidia.

Portanto, aquilo que a Assembleia Municipal estava proposta a deliberar era se exonerava o seu presidente, não da obrigação, mas, tão-somente, do dever estatuído naquele artigo do estatuto, de uma representação que não o poderia constranger.

Mais disse que se alguém não entendia a questão daquela forma, só tinham a alternativa de colocar uma moção de censura ao presidente daquela Assembleia, para o fazer cair. -----

DELIBERAÇÕES:

2 – Atas n.ºs 13 e 14 relativas à reunião ordinária da Assembleia Municipal realizada em 22 de fevereiro e à reunião extraordinária realizada em 22 de março de 2019, respetivamente;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a ata número treze. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a ata número catorze. -----

3 – Transferência de competências no âmbito da Lei 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial DL. n.º 20/2019, de 30 de janeiro - no domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 20.03.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

4 – Transferência de competências no âmbito da Lei 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial DL. n.º 22/2019, de 30 de janeiro - no domínio da cultura – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 20.03.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Plano de pormenor da envolvente à Rua 1.º de maio – correção material;

- Deliberação da CMP de 20.03.2019 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

6 – Prestações de contas de 2018 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 03.04.2019 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP e do PSD e com as abstenções do PS e do PCP/PEV, aprovar o ponto.-----

7 – Mercado Municipal de Portalegre – Isenção de pagamento de rendas;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

8 – Contratação de empréstimo até ao montante de 212.067,00 euros;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV e com os votos favoráveis do PSD e da CLIP, rejeitar o ponto. -----

9 – Contratação de empréstimo até ao montante de 1.185.289,00 euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV e com os votos favoráveis do PSD e da CLIP, rejeitar o ponto. -----

10 – Demonstrações financeiras e relatório de gestão de 2018 da CMP para apreciação e aprovação da aplicação dos resultados;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV e a abstenção do PSD e o voto favorável da CLIP, rejeitar o ponto. -----

11 – Informação nº. 7842, de 29 de março de 2019 relativa à repartição de encargos por mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

12 – Proposta – Conselho de Curadores da Fundação Robinson – PS;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PCP/PEV e PS e os votos contra dos restantes grupos, aprovar a proposta. -----

Moção – Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível - CDU;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção da CLIP e os votos favoráveis das restantes bancadas aprovar a Moção.-----

Saudação à Cooperativa Operária Portalegrense - CDU;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a saudação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Proposta – Honremos a democracia e os seus obreiros e homenageemos os seus construtores - CDU:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PCP/PEV e do PS, e com a abstenção dos membros António Carreiras e Marco Antunes e os votos contra do membro Fernando Rebola e da CLIP, aprovar a proposta. -----

Saudação – Viva o 1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores - CDU:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a saudação. -----

Saudação/Recomendação – São Mamede, uma joia do Alto Alentejo – CDU:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e do PCP/PEV e a abstenção das restantes bancadas, aprovar a saudação. -----

Declaração de voto – PSD (Fernando Rebola)

“A questão aqui é apenas tratar-se de um dois em um, isto é, trata-se de uma saudação e de uma recomendação. Nós somos favoráveis e acompanhamos a saudação ao Parque Natural de S. Mamede, naturalmente, e não acompanhamos a recomendação que é proposta.”

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a oitava sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 02H00, do dia 30 de abril do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)